

45.ª	SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO DE 2018 (2ª Reunião)
------	--

CONVOCATÓRIA

Nos termos do disposto no artigo 27º e na alínea b) do n.º 1 do art.º 30.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado em Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual e do artigo 36º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, convoco a **2ª reunião da Sessão Ordinária de Novembro** para o dia **4 de dezembro de 2018 (3ª feira)**, às **15h.00**, com realização no Fórum Lisboa, sito na Av.ª de Roma n.º 14 L, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Período da Ordem do Dia (POD)

I - Pontos pendentes da Ordem de Trabalhos da 43ª Reunião, de 20.11.2018:

1. Conclusão da apreciação da **Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c), do n.º 2, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), publicado em anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e da alínea e) do n.º 2 do art.º 4.º do Regimento da Assembleia; grelha de tempos restante;**

2. Apreciação conjunta das seguintes propostas, relativas à política fiscal do Município de Lisboa para 2019 (2 x grelha-base – 68 minutos):

2.1. Apreciação da **Proposta 719/CM/2018 - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)**, bem como das majorações e reduções, estabelecendo os mecanismos necessários para o respetivo cumprimento e isenção do **Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT)**, para 2019, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto nas alíneas a) e b) do artigo 14º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, nos n.ºs. 1 e 2 do artigo 44º-B e nos n.ºs 7 e 8 do artigo 71º, do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF);

- Parecer da 1ª Comissão Permanente



2.2. Apreciação da Proposta 815/CM/2018 - Retificação da Proposta n.º 719/2018, aprovada em reunião de Câmara Municipal de 31 de outubro de 2018 - Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) e Imposto Municipal Sobre Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), nos termos da proposta e ao abrigo do disposto no artigo 174.º do Código de Procedimento Administrativo, na redação em vigor, na alínea a) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação em vigor, e nas alíneas d) do n.º 1 do artigo 25º e ccc) do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor;

2.3. Apreciação da Proposta 720/CM/2018 - Percentual relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para vigorar no ano de 2019, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º. 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º. 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual;

- Parecer da 1ª Comissão Permanente
- Proposta de alteração do CDS à proposta 720/CM/2018

2.4. Apreciação da Proposta 721/CM/2018 - Lançamento em 2019 do percentual da Derrama para os sujeitos passivos, cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros, bem como para os restantes casos, a aplicar sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto, na alínea d) do n.º. 1 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e na alínea c) do artigo 14 , n.º 2 do artigo 16.º e artigo 18.º, todos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação em vigor;

- Parecer da 1ª Comissão Permanente
- Proposta de alteração do CDS à Proposta 721/CM/2018

2.5. Apreciação da Proposta 722/CM/2018 - Percentual relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2019, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º. 1 do artigo 25º Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e na alínea n) do artigo 14º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.



- Parecer da 1ª Comissão Permanente

3. Apreciação da Proposta de alterações ao Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa e à fundamentação económica financeira da Taxa Municipal Turística de Dormida, sob condição de apresentação pela Câmara Municipal da respetiva versão final após consulta pública, *ao abrigo do disposto no artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, bem como das alíneas c) e g) do n.º 1 do artigo 25.º; 1,5 x grelha-base – 51 minutos;*

- Parecer da 1ª Comissão Permanente, com pronúncia da 2ª Comissão Permanente

4. Apreciação da Proposta 718/CM/2018 - Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2019-2022, bem como o **Orçamento para 2019, o Mapa de Pessoal e a Tabela de Taxas Municipais** nos termos da proposta *e ao abrigo do disposto nas alíneas a), b) e o), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, e nos n.ºs 1 e 2 do art.º 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto; grelha F: 5 horas;*

- Parecer da 1ª Comissão Permanente

5. Apreciação conjunta das seguintes propostas (2Xgrelha-base – 68 minutos):

5.1. Apreciação do Ponto 4 da parte deliberativa da **Proposta 712/CM/2018 - Contrato-Programa 2019** a celebrar com a **Lisboa Ocidental, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., S.A.**, nos termos da proposta *e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, e nas alíneas a) e b) do artigo 24.º e no artigo 26.º, ambos dos Estatutos da Lisboa Ocidental, SRU;*

- Parecer da 1ª Comissão Permanente, com pronúncia da 3ª Comissão Permanente

5.2. Apreciação da Proposta 713/CM/2018 - Contratos de Mandato a celebrar com a **Lisboa Ocidental, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., S.A.** e a **assunção dos respetivos compromissos plurianuais, com repartição de encargos** para os anos

de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, nos termos da proposta *e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 36.º e na alínea b), do n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, no n.º 1 do artigo 5.º-A do Código dos Contratos Públicos, no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;*

- Parecer da 1ª Comissão Permanente, com pronúncia da 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Comissões Permanentes
- **Recomendação 045/01 (1ª CP)**

6. Apreciação do Ponto 4 da parte deliberativa da **Proposta 717/CM/2018 - Contrato Programa 2019** a celebrar com a **EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., S.A.**, nos termos da proposta *e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 32º e nos nºs 1 e 5 do artigo 47º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, e no artigo 24º e alíneas a) e b) do artigo 27º dos Estatutos da EGEAC; grelha base: 34 minutos;*

- Parecer da 1ª Comissão Permanente, com pronúncia da 7ª Comissão Permanente
- **Recomendação 045/02 (1ª e 7ª CP)**

II - Pontos Aditados:

7. Apreciação da Proposta 6/PAML/2018 - Hasta pública de Entrecampos - Confirmação da Deliberação 344/AML/2018, de 24 de julho e revogação expressa das Deliberações 196/AML/2015 e 198/AML/2015, de 14 de julho, nos termos da proposta *e ao abrigo da alínea k) do nº 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redacção actual e dos números 1 do artigo 165.º e 2 do artigo 166.º do decreto-lei 4/2015 de 7 de janeiro (Código de Procedimento Administrativo), na sua redacção actual; 1,5 x grelha-base: 51 minutos;*

8. Apreciação conjunta das propostas de repartições de encargos e assunção de compromissos: grelha base - 34 minutos:

8.1. Apreciação do ponto 6 da parte deliberativa da **Proposta 754/CM/2018 - Prévia autorização da repartição dos encargos e da assunção de compromissos** para os



anos económicos de 2019, 2020 e 2021, bem como autorização para que, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo do contrato, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais em função dos serviços prestados, **para “aquisição de serviços de seguro de responsabilidade civil automóvel para a frota municipal”**, nos termos da proposta e ao abrigo das disposições conjugadas no artigo 24.º e nas alíneas dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual;

8.2. Apreciação do ponto 4 conjugado com o ponto 2 da parte deliberativa da **Proposta 757/CM/2018 - Prévia autorização da repartição dos encargos e da assunção de compromissos** para os anos económicos de 2019 e 2020, bem como autorização para que, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo dos contratos, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos serviços que efetivamente ocorram ou sejam prestados, para **“Aquisição de Serviços Postais” aos CTT – Correios de Portugal, S.A.**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Lisboa, 29 de novembro de 2018

A Presidente

Helena Roseta